



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2019



CONHECIMENTO • INOVAÇÃO
SUSTENTABILIDADE

ÍNDICE

- 03** RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
- 06** BALANÇOS PATRIMONIAIS
- 08** DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
- 08** DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
- 09** DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 10** DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
- 11** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- 61** PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 62** GESTÃO 2019



KPMG Auditores Independentes

Palhano Square Garden

Av. Ayrton Senna da Silva, 1055 - 2º andar - Salas 201 e 202

Caixa Postal 2081 - CEP: 86050-460 - Londrina/PR - Brasil

Telefone +55 (43) 3301-4250

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

Lar Cooperativa Agroindustrial

Medianeira - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lar Cooperativa Agroindustrial (“Cooperativa” ou “Grupo”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lar Cooperativa Agroindustrial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Cooperativa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos, assim como não foram examinados por outros auditores independentes, o balanço patrimonial consolidado do Grupo em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações de sobras e perdas consolidadas, do resultado abrangente consolidado, das mutações do patrimônio líquido consolidado e dos fluxos de caixa consolidado para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Auditoria das demonstrações financeiras individuais do exercício anterior

O balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 11 de janeiro de 2019, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 16 de janeiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018 Não auditado
Caixa e equivalentes de caixa	10	325.743	485.676	336.872	531.687
Aplicações financeiras		14.883	400	14.883	400
Contas a receber	11	1.125.497	959.551	1.402.154	1.141.425
Tributos a recuperar	12	93.128	318.277	128.030	351.157
Adiantamento a fornecedores		186.568	142.317	186.593	187.095
Instrumentos financeiros derivativos	35	206.393	29.889	206.393	29.889
Outros créditos a receber		5.516	10.531	7.897	13.921
Estoques	13	1.137.135	1.098.035	1.229.564	1.176.056
Ativo biológico	14	165.224	145.306	165.224	145.306
Total do ativo circulante		3.260.087	3.189.982	3.677.610	3.576.936
Aplicações financeiras		2.802	15.177	2.802	15.177
Contas a receber	11	89.664	139.350	98.450	158.421
Tributos a recuperar	12	138.885	-	138.885	-
Outros créditos a receber		33	631	34	962
Impostos diferidos	26	14.482	-	14.482	-
Bens disponíveis a venda		17.869	21.345	17.869	24.067
Investimentos	15	257.853	217.870	78.873	95.068
Imobilizado	16	1.632.859	1.466.550	1.706.713	1.530.458
Ativo biológico	14	75.762	62.918	75.762	62.918
Intangível	17	38.789	8.162	95.265	8.164
Total do ativo não circulante		2.268.998	1.932.003	2.229.135	1.895.235
Total Ativo		5.529.085	5.121.985	5.906.745	5.472.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018 Não auditado
Débito de associados	18	596.453	801.590	596.474	801.588
Fornecedores	19	221.221	168.451	362.105	290.059
Financiamentos	20	1.534.531	1.484.548	1.694.325	1.662.270
Obrigações sociais e tributárias	21	29.198	12.380	32.194	14.485
Obrigações com pessoal	22	76.388	42.447	77.668	42.577
Instrumentos financeiros derivativos	35	80.078	10.205	80.078	10.205
Outros débitos a pagar	23	130.182	105.045	130.180	113.258
Total do passivo circulante		2.668.051	2.624.666	2.973.024	2.934.442
Financiamentos	20	1.024.171	1.075.057	1.096.844	1.115.469
Provisões para contingências	25	62.519	-	62.519	-
Impostos diferidos	26	12.824	-	12.824	-
Outros débitos a pagar	23	112.669	77.929	112.669	77.927
Total do passivo não circulante		1.212.183	1.152.986	1.284.856	1.193.396
Patrimônio líquido	27				
Capital social subscrito		262.850	216.248	262.870	216.248
Reserva de capital		419.609	353.913	419.602	353.913
Reserva especial		1.276	1.283	1.276	1.283
Reservas estatutárias		791.928	659.796	791.928	659.796
Ajuste de avaliação patrimonial		96.729	97.421	96.729	97.421
Hedge accounting		34.104	-	34.104	-
Sobras do exercício		42.355	15.672	42.356	15.672
Total do patrimônio líquido		1.648.851	1.344.333	1.648.865	1.344.333
Total Passivo		5.529.085	5.121.985	5.906.745	5.472.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de sobras ou perdas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Associados	Não associados	Controladora		Consolidado	
				2019	2018	2019	2018 Não auditado
Ingressos e receitas operacional líquidas	28	5.434.242	1.261.576	6.695.818	6.257.804	7.362.936	6.783.468
(-) Dispendios e custos das vendas	29	(4.364.174)	(1.031.047)	(5.395.221)	(5.385.810)	(5.972.596)	(5.825.438)
Sobra e lucro bruto operacional		1.070.068	230.529	1.300.597	871.994	1.390.340	958.030
Dispendios e despesas		(702.708)	(181.736)	(884.444)	(567.076)	(991.164)	(665.018)
Dispendio e despesas com vendas	30	(397.662)	(75.205)	(472.867)	(335.501)	(520.512)	(389.557)
Dispendio e despesas operacionais	31	(198.182)	(73.319)	(271.501)	(145.486)	(308.116)	(178.790)
Dispendio e despesas com pessoal	32	(78.159)	(40.832)	(118.991)	(109.238)	(130.617)	(120.784)
Dispendio e despesas conselho adm e fiscal		(2.750)	(647)	(3.397)	(3.383)	(3.397)	(3.383)
Dispendio e despesas tributárias	33	(62.906)	(15.179)	(78.085)	(1.730)	(78.093)	(1.737)
Outros dispendios e ingressos operacionais		36.951	23.446	60.397	28.262	49.571	29.233
Resultado antes do financeiro		367.360	48.793	416.153	304.918	399.176	293.012
Resultado financeiro		(155.585)	(20.644)	(176.229)	(195.387)	(156.840)	(179.913)
Ingressos e receitas financeiras	34	57.218	24.384	81.602	129.352	118.242	160.753
(-) Dispendios e despesas financeiras	34	(212.803)	(45.028)	(257.831)	(324.739)	(275.082)	(340.666)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		211.775	28.149	239.924	109.531	242.336	113.099
Tributos sobre os lucros		-	(9.134)	(9.134)	(12.813)	(11.546)	(16.381)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	(10.792)	(10.792)	(12.813)	(13.204)	(16.381)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	1.658	1.658	-	1.658	-
Sobra e lucro líquido do exercício		211.775	19.015	230.790	96.718	230.790	96.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018 Não auditado
Lucro líquido do exercício		230.790	96.718	230.790	96.718
<i>Hedge accounting</i>	35	34.104	-	34.104	-
Resultado abrangente do exercício		264.894	96.718	264.894	96.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Hedge accounting	Sobras líquidas	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva estatutária	Reserva especial				
Saldo em 1º de janeiro de 2017	206.483	300.543	556.977	1.860	105.588	-	17.939	1.189.389
Aumento de capital								
Novos sócios	124	-	-	-	-	-	-	124
Redução de capital								
Capital devolvido	(5.544)	-	-	-	-	-	-	(5.544)
Cotas parte Procap/Agro - parcela 2018	(8.323)	-	-	-	-	-	-	(8.323)
Sobras distribuídas de 2017	-	-	-	-	-	-	(17.939)	(17.939)
Sobras/lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	96.718	96.718
Destinações								
Fundo de reserva legal - retenção de capital não reclamado	-	-	81	-	-	-	-	81
Aumento de investimentos em cooperativas não distribuídos	-	-	3.886	-	-	-	-	3.886
Fates - resultado com terceiros Cotriguaçu	-	-	6.185	-	-	-	-	6.185
Doações e subvenções para investimentos	-	53.370	-	-	-	-	-	53.370
Realização reserva especial Lei 8200/91	-	-	-	(576)	-	-	-	(576)
Fundo de reserva legal - ajuste equivalência patrimonial	-	-	35.129	-	-	-	-	35.129
Realização da reavaliação	-	-	-	-	(829)	-	-	(829)
Realização ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	(7.338)	-	-	(7.338)
Distribuição do resultado								
Aumento do Fates resultado com terceiros	-	-	18.359	-	-	-	(18.359)	-
Aumento do Fates - 5 %	-	-	3.918	-	-	-	(3.918)	-
Fundo de reserva legal - 45 %	-	-	35.261	-	-	-	(35.261)	-
Fundo para aumento de capital - 30 %	23.508	-	-	-	-	-	(23.508)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	216.248	353.913	659.796	1.283	97.421	-	15.672	1.344.333
Aumento de capital								
Novos sócios	150	-	-	-	-	-	-	150
Redução de capital								
Capital devolvido	(6.754)	-	-	-	-	-	-	(6.754)
Transferência para capital a restituir	(2.097)	-	-	-	-	-	-	(2.097)
Cotas parte Procap/Agro - parcela 2019	(8.230)	-	-	-	-	-	-	(8.230)
Sobras distribuídas de 2018	-	-	-	-	-	-	(15.672)	(15.672)
Sobras/lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	230.790	230.790
Destinações								
Fundo de reserva legal - retenção de capital não reclamado	-	-	66	-	-	-	-	66
Aumento de investimentos em cooperativas não distribuídos	-	-	3.126	-	-	-	-	3.126
Fates - resultado com terceiros Cotriguaçu	-	-	4.315	-	-	-	-	4.315
Doações e subvenções para investimentos	-	65.696	-	-	-	-	-	65.696
Realização de reserva especial Lei 8200/91	-	-	-	(7)	-	-	-	(7)
Fundo de reserva legal - ajuste equivalência patrimonial	-	-	(277)	-	-	-	-	(277)
Realização da reavaliação	-	-	-	-	(690)	-	-	(690)
Realização ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)
Hedge accounting	-	-	-	-	-	34.104	-	34.104
Distribuição do resultado								
Aumento do Fates resultado com terceiros	-	-	19.014	-	-	-	(19.014)	-
Aumento do Fates - 5 %	-	-	10.589	-	-	-	(10.589)	-
Fundo de reserva legal - 45 %	-	-	95.299	-	-	-	(95.299)	-
Fundo para aumento de capital - 30 %	63.533	-	-	-	-	-	(63.533)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	262.850	419.609	791.928	1.276	96.729	34.104	42.355	1.648.851

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		230.790	96.718	230.790	96.718
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	29 e 31	169.102	139.524	175.624	142.385
Resultado na alienação de imobilizado		31.115	113.378	31.093	114.646
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	12.555	3.674	11.485	3.674
Provisão para deságio de ICMS	12	76.787	-	76.787	
Provisão para contingências	25	62.519	-	62.519	
Instrumentos financeiros derivativos	35	(72.527)	(21.091)	(72.527)	(21.091)
Juros provisionados e não pagos	20	163.920	85.685	163.920	85.685
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(1.658)	-	(1.658)	-
		672.603	417.888	678.033	422.017
Variações nos ativos e passivos					
Aplicações financeiras		(2.108)	(71)	(2.108)	(71)
Contas a receber	11	(128.815)	100.665	(212.243)	103.600
Tributos a recuperar	12	75.173	1.983	73.151	(5.254)
Adiantamento a fornecedores		(44.251)	(71.181)	502	(71.181)
Estoques e biológico	13 e 14	(39.100)	(471.357)	(53.508)	(516.042)
Outros ativos		5.614	5.381	6.952	6.308
Débito de associados	18	(207.233)	389.056	(207.210)	389.054
Fornecedores	19	52.770	(7.315)	72.046	(19.640)
Obrigações sociais e tributárias	21	6.026	(14.487)	6.917	(19.289)
Obrigações com pessoal	22	33.941	(2.588)	35.091	(2.502)
Outros débitos a pagar		59.876	(153.971)	51.664	(147.403)
		(188.107)	(223.885)	(228.746)	(282.420)
Impostos sobre o lucro	26	10.792	12.813	10.792	16.381
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		495.288	206.816	460.079	155.978
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Perda com investimento		23.003	(333)	22.739	(333)
Aquisição de ativo imobilizado	16	(315.837)	(263.001)	(332.301)	(263.001)
Aquisição de ativo intangível	17	(93.492)	(1.801)	(93.493)	(1.801)
Aquisição de ativo biológico	14	(77.041)	(92.430)	(77.041)	(92.430)
Acréscimo imóveis para revenda		(268)	-	(268)	-
Baixa Imóveis para revenda		3.744	10.766	6.466	10.766
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(459.891)	(346.798)	(473.898)	(346.798)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Financiamentos bancários tomados	20	1.431.184	1.956.025	1.445.517	2.050.684
Financiamentos bancários - capital amortizado	20	(1.443.679)	(1.650.234)	(1.443.679)	(1.659.130)
Financiamentos bancários - juros pagos	20	(152.328)	-	(152.328)	-
Aumento capital novos sócios	27.a	150	124	150	124
Baixa de capital de sócios	27.a	(6.754)	(5.544)	(6.754)	(5.544)
Traferência cotas parte procap		(8.231)	(8.323)	(8.230)	(8.323)
Pagamento de sobras		(15.672)	(17.939)	(15.672)	(17.939)
Fluxo de caixa líquido proveniente atividades financiamentos		(195.330)	274.109	(180.996)	359.872
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(159.933)	134.127	(194.815)	169.052
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10	485.676	351.549	531.687	362.635
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	10	325.743	485.676	336.872	531.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Lar Cooperativa Agroindustrial (“Cooperativa”, “Cooperativa e suas controladas” ou “Grupo”), com sede na Avenida 24 de Outubro, nº 59 na cidade de Medianeira – PR, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, que tem como objetivo social a congregação dos seus sócios para exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país.

A sociedade possui uma estrutura própria de recebimento, secagem, armazenamento de cereais, lojas de insumos e atendimento, composta por 69 (sessenta e nove) unidades, 10 (dez) indústrias, uma rede de 15 (quinze) supermercados, 01 (uma) unidade produtora de matrizes de suínos, 01 (uma) unidade de recria de aves, 03 (três) unidades produtoras de desmamados, 01 (uma) unidade incubadora de ovos, 01 (uma) unidade de produção de pintainhos, 01 (uma) unidade de beneficiamento de sementes, 02 (duas) unidades produtoras de leitões, 07 (sete) postos de combustíveis, 01 (uma) unidade de tratamento de madeira, 01 (uma) central de inseminação de suínos, 01 (uma) unidade de recria de novilhas e 01 (uma) unidade tecnológica.

2. Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Cooperativa e suas controladas, conforme lista abaixo:

		Participação acionária em %	
	País	2018	2019
Lar Transportes Ltda	Brasil	99,99	99,99
Lar S.R.L. ² (particip. indireta)	Paraguai	99,99	99,99
Lar Trading Corporation ³	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00

Lar Transportes Ltda.

A Lar Transportes Ltda. está sediada na Avenida Brasília, nº 540, no município de Medianeira, Estado do Paraná, e tem por objeto social o transporte rodoviário de cargas. A Lar Transportes Ltda. possui 99,99% das cotas da Lar S.R.L.

Lar S.R.L.

A Lar S.R.L. está sediada na cidade de Hernandarias – Alto Paraná, no Paraguai, tem como objeto social o comércio, transporte, representação, importação e exportação de cereais, fertilizantes, lubrificantes, inseticidas, herbicidas e produtos alimentícios, entre outros.

Lar Trading Corporation

A Lar Trading Corporation está sediada nas Ilhas Virgens Britânicas como uma Sociedade Comercial Internacional e tem como objetivo a intermediação da Lar Cooperativa no exterior como uma das formas de comercialização de produtos agrícolas e industriais no mercado internacional.

2.1 Aquisição de controladas

Em janeiro de 2019 a Lar Cooperativa Agroindustrial adquiriu a unidade industrial de aves da Massa Falida de Chapecó Companhia Industrial de Alimentos e os ativos da planta de abate da Kaefer Agroindustrial Ltda. e da Globoaves São Paulo Agroavícola Ltda. (em conjunto “Kaefer”).

a. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	2019
Equipamentos de informática	21
Máquinas e equipamentos	57.979
Móveis e utensílios	1.689
Instalações	3.211
Veículos	223
Edificações	65.030
Terrenos	16.740
Habilitações de exportações	17.733
Carteira de clientes	170
	<u>162.796</u>

b. Ágio

A aquisição da unidade industrial de aves adquirida da Massa Falida da Chapecó na cidade de Cascavel – PR, gerou um ágio proveniente da diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Investimento” nas demonstrações financeiras individuais e como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio reconhecido como resultado desta aquisição foi determinado conforme segue:

	2019
Contraprestação transferida	219.251
Valor justo dos passivos líquidos identificáveis	<u>162.796</u>
Ágio	<u>56.455</u>

A contraprestação transferida total foi de R\$ 219.251, sendo que deste saldo R\$ 12.000 foi retido pela Cooperativa para eventual pagamento de obrigações relativa a contingências. O saldo remanescente ainda não utilizado desta provisão encontra-se demonstrado na nota explicativa nº 25.

3. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lar Cooperativa Agroindustrial foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e disposições específicas aplicáveis às sociedades cooperativas contidas na Lei nº 5.764/71, bem como nas interpretações técnicas contidas no ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de janeiro de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cooperativa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, ingressos e receitas, dispêndios e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa 8(p) – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material dos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 11 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa 16 – vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa 17 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 14 – determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 35 – determinação de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- Notas explicativas 25 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Notas explicativas 26 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.1 – aquisição de controlada;
- Nota explicativa 13 – estoques;
- Nota explicativa 14 – ativos biológicos; e
- Nota explicativa 35 – instrumentos financeiros.

6. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 8 (p).

Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de informática);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

Em função das características dos contratos de arrendamento mantidos pelo Grupo, esta norma não gerou impactos significativos nas demonstrações financeira individuais e consolidadas da Cooperativa.

7. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos,

estoque de produtos agrícolas e ativos biológicos que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo.

8. Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

(i) **Combinação de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) **Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) **Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos do Grupo em sociedades não-cooperativas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Investimentos em entidades Cooperativas contabilizados pelo método de custo

Os investimentos do Grupo em sociedades cooperativas foram avaliados pelo custo de aquisição e refletem o valor de realização do investimento, conforme requerido pelo ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cooperativa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Receita com clientes

As informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas à receita com

clientes são fornecidas na nota explicativa 28.

d. Obrigações com associados e fornecedores

São originadas por aquisições de bens ou serviços no exercício das atividades operacionais e reconhecidas aos valores de negociação. Os produtos ainda não fixados estão provisionados pelo preço de compra praticado pelo Grupo na data das demonstrações financeiras.

e. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

g. Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial ativa, juros recebidos e descontos obtidos que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com descontos concedidos, variação cambial passiva e despesas com juros de empréstimos e financiamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício decorrente das operações com não cooperados. O resultado das operações com cooperados não são tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

j. Estoques

Os insumos e mercadorias para revenda (supermercados, postos e farmácia veterinária) foram avaliados pelo método de custo de aquisição, líquidos de seus impostos recuperáveis, não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas foram avaliados pelo valor de mercado, considerando o preço de fechamento no encerramento do exercício, líquidos de seus impostos recuperáveis não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas a fixar foram avaliados pelo valor de mercado considerando

o preço de fechamento do exercício.

Os produtos industriais foram avaliados pelo custo médio de produção, líquido dos impostos recuperáveis, não excedendo o valor realizável líquido.

As matérias-primas, materiais secundários e almoxarifados foram avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo seu valor realizável líquido.

k. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Prédios e benfeitorias	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Ferramentas	10 anos
Instalações	10 anos
Pátios e instalações	10 anos
Poços artesianos	25 anos
Equipamentos contra incêndio	10 anos
Instalações Hidráulicas	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

I. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio decorre da incorporação da planta de industrial frigorífica de abate de aves adquirida da Massa Falida da Chapecó na cidade de Cascavel – PR, conhecida agora pelo nome de Unidade Industrial de Aves 2 – UIA 2, mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Relacionamento com cliente

Refere-se a relacionamento com cliente, têm vidas úteis finitas, e foi gerado na incorporação da planta de industrial frigorífica de abate de aves adquirida da Massa Falida da Chapecó na cidade de Cascavel – PR.

Habilitações

Refere-se à habilitações para exportação, principalmente para China e países da Europa. Essas estão atreladas à incorporação da planta frigorífica de Cascavel. Não há vida útil definida para esses intangíveis.

Marcas e patentes

As marcas e patentes possuem vida útil definida e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (softwares) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio de marcas e patentes não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Software	5 anos
Carteira de clientes	3 meses
Fundo de comércio	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

m. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em ORA (outros resultados abrangentes) e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

Hedges de investimentos líquidos

Quando um instrumento derivativo ou um passivo financeiro não derivativo for designado como um instrumento de hedge para proteger um investimento líquido em uma operação estrangeira, a porção efetiva para um derivativo de mudanças no valor justo do instrumento de hedge – ou, para um instrumento não derivativo, os ganhos e perdas cambiais – é reconhecida em ORA e apresentada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das

variações no valor justo do derivativo ou dos ganhos e perdas cambiais sobre os instrumentos não derivativos é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido em ORA é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação quando da alienação da operação estrangeira.

n. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e associados são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes e associados, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

o. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

p. Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e

arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

q. Segregação do resultado com associados e terceiros

As sobras e os resultados são segregados de acordo com atos praticados pelos associados e não associados e apropriados em contas contábeis individualizadas. Havendo impossibilidade de apropriação direta de tais valores por serem comuns aos atos cooperados e não cooperados, estes são rateados proporcionalmente conforme critérios estabelecidos pela Cooperativa. Para efeito de sobras seguem os critérios utilizados para rateio do ato cooperativo e não cooperativo:

- Para produtos agrícolas, pecuários e industriais, a proporcionalidade de aquisições dos produtos de associados e não associados;
- Para insumos, a proporcionalidade das vendas efetuadas a associados e não associados.

r. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5(b)). Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo

ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

s. **Reclassificação de saldos comparativos**

Certos montantes dos saldos comparativos do balanço patrimonial individual e das demonstrações de sobras ou perdas individuais da Cooperativa, e consequentemente nas notas explicativas foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras e para melhor representar a natureza das operações. As reclassificações foram as seguintes:

Ativo	2018		
	Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	485.676	-	485.676
Aplicações financeiras	-	400	400
Contas a receber	1.186.081	(226.530)	959.551
Tributos a recuperar	285.257	33.020	318.277
Adiantamento a fornecedores	142.317	-	142.317
Instrumentos financeiros derivativos	-	29.889	29.889
Outros créditos a receber	71.303	(60.772)	10.531
Estoques	1.119.380	(21.345)	1.098.035
Ativo biológico	189.670	(44.364)	145.306
Despesa do exercício seguinte	2.537	(2.537)	-
Total do ativo circulante	3.482.221	(292.239)	3.189.982

Aplicações financeiras	-	15.177	15.177
Contas a receber	139.430	(80)	139.350
Outros créditos a receber	15.808	(15.177)	631
Bens disponíveis a venda	-	21.345	21.345
Investimentos	217.870	-	217.870
Imobilizado	1.466.550	-	1.466.550
Ativo biológico	18.554	44.364	62.918
Intangível	8.162	-	8.162
Total do ativo não circulante	1.866.374	65.629	1.932.003
	5.348.595	(226.610)	5.121.985

2018			
Passivo	Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Débito de associados	733.959	67.631	801.590
Fornecedores	168.451	-	168.451
Financiamentos	1.484.548	-	1.484.548
Obrigações sociais e tributárias	12.380	-	12.380
Obrigações com pessoal	42.447	-	42.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.205	10.205
Outros débitos a pagar	409.491	(304.446)	105.045
Total do passivo circulante	2.851.276	(226.610)	2.624.666
Financiamentos	1.075.057	-	1.075.057
Outros débitos a pagar	77.929	-	77.929
Total do passivo não circulante	1.152.986	-	1.152.986
Patrimônio líquido	1.344.333	-	1.344.333
	5.348.595	(226.610)	5.121.985

2018			
	Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Ingressos e receitas operacionais líquidas	6.257.804	-	6.257.804
(-) Dispendios e custos das vendas	(5.372.702)	(13.108)	(5.385.810)
Sobra e lucro bruto operacional	885.102	(13.108)	871.994
Dispendios e despesas	(561.163)	(5.913)	(567.076)
Dispendio e despesas com vendas	(335.501)	-	(335.501)
Dispendio e despesas operacionais	(145.486)	-	(145.486)
Dispendio e despesas com pessoal	(109.238)	-	(109.238)
Dispendio e despesas conselho de administ e fiscal	(3.383)	-	(3.383)
Dispendio e despesas tributárias	(473)	(1.257)	(1.730)
Outros dispendios e ingressos operacionais	32.918	(4.656)	28.262
Resultado antes do financeiro	323.939	(19.021)	304.918
Resultado financeiro	(214.408)	19.021	(195.387)
Ingressos e receitas financeiras	158.589	(29.237)	129.352
(-) Dispendios e despesas financeiras	(372.997)	48.258	(324.739)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	109.531	-	109.531
Tributos sobre os lucros	(12.813)	-	(12.813)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.813)	-	(12.813)
Sobra e lucro líquido do exercício	96.718	-	96.718

9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Caixa e bancos	25.030	20.701	36.117	66.712
Moeda estrangeira a converter	15.521	1.513	15.521	1.513
Numerário em trânsito	1.982	-	2.024	-
Aplicações financeiras	283.210	463.462	283.210	463.462
	325.743	485.676	336.872	531.687

As aplicações financeiras são de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, e debêntures remuneradas a taxa média de 98,50% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,45% em 2018).

Moeda estrangeira a converter referem-se a valores recebidos em moeda estrangeira, porém com fechamento de câmbio ainda não realizado.

11. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Crédito de associados				
Títulos a receber	570.026	479.831	570.026	479.831
Contratos de permuta	108.245	110.805	108.245	110.805
Cotas partes - Procap	15.986	24.216	15.986	24.216
Outros	8.720	7.928	8.720	7.928
(-) Perda esperada do contas a receber	(14.363)	(8.100)	(14.363)	(8.100)
Crédito de não associados				
Títulos a receber	79.939	77.061	88.726	96.132
Outros	704	3.450	703	3.450
(-) Perda esperada do contas a receber	(4.888)	-	(4.888)	-
Clientes				
Títulos a receber	452.196	403.710	729.218	587.019
(-) Perda esperada do contas a receber	(1.404)	-	(1.769)	(1.435)
	1.215.161	1.098.901	1.500.604	1.299.846
Circulante	1.125.497	959.551	1.402.154	1.141.425
Não circulante	89.664	139.350	98.450	158.421

A perda esperada do contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de associados, não associados e clientes. A perda por redução ao valor recuperável é calculada com base na avaliação individual da situação de cada associado ou terceiro, considerando as informações históricas de pagamento para realizar a provisão sobre os saldos a vencer bem como análise dos saldos vencidos existentes na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração também as garantias fornecidas. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Saldo inicial em 1º de janeiro	8.100	4.426	9.535	4.426
Constituição de provisão	12.555	3.674	11.485	3.674
Saldo final em 31 de dezembro	20.655	8.100	21.020	9.535
Circulante	9.254	8.100	9.619	9.535
Não circulante	11.401	-	11.401	-

A composição por vencimento (*aging list*) dos créditos de associados, não associados e clientes está apresentado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
A vencer	1.203.965	1.031.112	1.471.891	1.232.811
Vencidos até 30 dias	4.505	22.539	4.495	23.182
Vencidos de 31 a 60 dias	3.444	6.913	7.862	6.766
Vencidos de 61 a 90 dias	2.114	4.239	2.539	4.300
Vencidos de 91 a 120 dias	6.624	4.405	9.305	4.677
Vencidos de 121 a 180 dias	82	3.078	5.605	3.195
Vencidos há mais de 180 dias	15.082	34.715	19.927	34.450
	1.235.816	1.107.001	1.521.624	1.309.381

12. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
ICMS a recuperar	166.172	204.183	197.581	237.063
PIS e COFINS	65.456	97.114	65.456	97.114
IRRF	-	12.380	-	12.380
IRPJ	59	3.337	3.552	3.337
CSLL	326	1.263	326	1.263
	232.013	318.277	266.915	351.157
Circulante	93.128	318.277	128.030	351.157
Não circulante	138.885	-	138.885	-

Os saldos de ICMS a recuperar são provenientes das transações normais do Grupo, os quais foram registrados pelo seu valor líquido de realização. Para a parcela dos saldos em que a expectativa de compensação com impostos a pagar futuros é remota, o Grupo constituiu provisão para perdas na realização com base no percentual de deságio esperado na venda dos respectivos créditos. A provisão de

deságio contabilizada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, individual e consolidada, foi de R\$ 76.787.

13. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Estoque de produtos agrícolas (i)	450.986	290.244	467.519	312.437
Estoque de bens de fornecimento (ii)	361.457	259.813	414.469	315.072
Estoque a fixar (iii)	150.798	387.071	150.798	387.071
Estoque de produto acabado	75.763	82.187	75.763	82.187
Estoque de almoxarifado	37.494	29.846	38.013	30.415
Estoque de matéria prima	31.648	24.558	31.648	24.558
Estoque de supermercado	16.753	14.835	16.753	14.835
Estoque de produtos pecuários	11.806	8.630	11.806	8.630
Estoque em trânsito	430	851	22.795	851
	1.137.135	1.098.035	1.229.564	1.176.056

- (i) Refere-se a estoques de *commodities*, essencialmente adquiridos com a finalidade de venda no futuro próximo e gerar resultados com base nas variações de preços ou na margem dos operadores. Tais estoques são valorizados ao valor justo menos o custo de vendas.
- (ii) Refere-se a insumos agrícolas diversos, tais como sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, entre outros.
- (iii) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar e foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de passivo, mensurados ao valor justo.

14. Ativo biológico

Os saldos contábeis dos ativos biológicos no ativo circulante e no ativo não circulante estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Ativos biológicos em formação				
Aves	74.689	77.906	74.689	77.906
Suínos	84.016	64.301	84.016	64.301
Novilhas	2.037	2.451	2.037	2.451
Ovos férteis	4.482	648	4.482	648
Circulante	165.224	145.306	165.224	145.306
Aves matrizes	70.067	36.758	70.067	36.758
Suínos matrizes	11.759	7.607	11.759	7.607
Florestas	14.390	17.676	14.390	17.676
Outros	5.168	2.565	5.168	2.565
(-) Amortização	(25.622)	(1.688)	(25.622)	(1.688)
Não circulante	75.762	62.918	75.762	62.918

Ativos biológicos em formação

Os ativos biológicos em formação referem-se, substancialmente, a aves e suínos cujo período de formação é de, aproximadamente, 45 dias e 180 dias, respectivamente, e serão utilizados para o abate e produção de carnes. A Administração considerou que em função de seu curto ciclo de formação, assim como pela inexistência de mercado ativo próprio, o seu custo representa, substancialmente, o valor justo destes ativos biológicos neste estágio de formação.

Matrizes

Os ativos biológicos de matrizes de aves e suínos têm vida útil de 65 semanas e 24 meses, respectivamente. Como parte do processo de determinação do valor justo, a Administração considerou os seguintes elementos: a) curto período de tempo de formação; b) a ausência de mercado ativo para as matrizes; e c) o fato de que a sua venda não representa o negócio principal do Grupo, as quais são realizadas com o principal propósito de recuperar custos. Com base nestes elementos, na avaliação do Grupo, o valor justo de tais ativos biológicos, não apresentaram variações significativas em relação ao custo de aquisição/formação e está representado por seu custo de formação, considerando o curto ciclo de vida dos animais.

Florestas

No que se refere ao valor justo das florestas, para a determinação do valor justo, a Administração considerou que a totalidade da madeira proveniente das florestas é utilizada como insumo para a produção de pallets e lenha utilizada integralmente para consumo interno. Desta forma, o valor justo da floresta, está, substancialmente, representado por seu custo de formação.

15. Investimentos

Em entidades cooperativas	Participação	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
					Não auditado
Frimesa Cooperativa Central	24,43%	38.895	38.895	38.895	38.895
Cotriguaçu Cooperativa Central	23,93%	36.528	32.213	36.528	32.213
Cooperativa Sicredi Vanguarda	2,35%	3.264	3.129	3.278	3.142
Coocentral		-	21.000	-	21.000
Sicredi - MS		67	48	67	48
Cergrand - MS		56	48	56	48
Cerme		17	17	17	17
Sicredi - SC		2	1	2	1
Outros investimentos		-	-	30	30
Ágio gerado na aquisição (i)		56.455			
(-) Perdas em investimentos (ii)		-	(326)	-	(326)
Em entidades controladas					
Lar Transportes Ltda	99,99%	122.537	122.802	-	-
Lar Trading Corporation	99,99%	32	43	-	-
Total dos investimentos		257.853	217.870	78.873	95.068

- (i) Refere-se ao ágio gerado na aquisição da unidade industrial de aves da Kaefer, conforme nota explicativa 2.1 e nota explicativa 17.
- (ii) As perdas estimadas referem-se ao investimento na Cooperativa Coocentral.

Os investimentos em sociedades cooperativas estão avaliados pelo custo de aquisição.

Os investimentos em outras entidades não cooperativas, Lar Transportes Ltda e Lar Trading Corporation, foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

16. Imobilizado

a. Composição do saldo

	Controladora					
	2019			2018		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	212.218	-	212.218	198.222	-	198.222
Prédios e Benfeitorias	975.753	(259.421)	716.332	799.655	(224.445)	575.210
Máquinas e Equipamentos	805.799	(332.676)	473.123	765.286	(272.743)	492.543
Móveis e Utensílios	35.889	(19.893)	15.996	30.591	(16.730)	13.861
Veículos	125.971	(75.042)	50.929	95.063	(68.495)	26.568
Equipamentos de informática	14.587	(10.241)	4.346	14.063	(9.363)	4.700
Ferramentas	48	(42)	6	60	(52)	8
Instalações	56.509	(16.705)	39.804	27.055	(13.468)	13.587
Pátios e estacionamentos	35.033	(8.654)	26.379	24.419	(6.434)	17.985
Poços artesianos	4.579	(1.363)	3.216	4.469	(1.173)	3.296
Equipamentos contra incêndios	6.497	(1.422)	5.075	5.950	(850)	5.100
Instalações Hidráulicas	509	(509)	-	509	(509)	-
Imobilizações em Andamento	85.435	-	85.435	115.470	-	115.470
	2.358.827	(725.968)	1.632.859	2.080.812	(614.262)	1.466.550
	Consolidado					
	2019			2018		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	225.140	-	225.140	209.112	-	209.112
Prédios e Benfeitorias	1.013.491	(268.174)	745.317	832.591	(232.210)	600.381
Máquinas e Equipamentos	863.208	(361.546)	501.662	813.675	(296.720)	516.955
Móveis e Utensílios	36.900	(20.412)	16.488	31.446	(17.189)	14.257
Veículos	134.033	(80.599)	53.434	102.489	(73.361)	29.128
Equipamentos de Proc. de dados	15.443	(10.849)	4.594	14.849	(9.864)	4.985
Ferramentas	48	(42)	6	60	(52)	8
Instalações	56.843	(16.876)	39.967	27.387	(13.606)	13.781
Pátios e estacionamentos	35.033	(8.654)	26.379	24.419	(6.434)	17.985
Poços artesianos	4.579	(1.363)	3.216	4.469	(1.173)	3.296
Equipamentos contra incêndios	6.497	(1.422)	5.075	5.950	(850)	5.100
Instalações Hidráulicas	509	(509)	-	509	(509)	-
Imobilizações em Andamento	85.435	-	85.435	115.470	-	115.470
	2.477.159	(770.446)	1.706.713	2.182.426	(651.968)	1.530.458

b. Movimentação do custo

Controladora	Saldo em 31/12/2018	2019			Saldo em 31/12/2019
		Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	198.222	19.916	(1.249)	(4.671)	212.218
Prédios e benfeitorias	799.655	65.030	-	111.068	975.753
Máquinas e equipamentos	765.286	62.425	(8.002)	(13.910)	805.799
Móveis e utensílios	30.591	3.645	(248)	1.901	35.889
Veículos	95.063	34.763	(3.900)	45	125.971
Equipamentos de informática	14.063	1.100	(613)	37	14.587
Ferramentas	60	-	(12)	-	48
Instalações	27.055	3.884	-	25.570	56.509
Pátios e estacionamentos	24.419	-	-	10.614	35.033
Poços artesianos	4.469	-	-	110	4.579
Equipamentos contra incêndios	5.950	-	-	547	6.497
Instalações hidráulicas	509	-	-	-	509
Imobilizações em andamento	115.470	125.076	(23.800)	(131.311)	85.435
	2.080.812	315.839	(37.824)	-	2.358.827

Controladora	Saldo em 31/12/2017	2018			Saldo em 31/12/2018
		Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	174.997	28.819	(5.594)	-	198.222
Prédios e benfeitorias	728.192	453	(1.349)	72.359	799.655
Máquinas e equipamentos	580.532	3.462	(5.044)	186.336	765.286
Móveis e utensílios	29.596	992	(1.754)	1.757	30.591
Veículos	97.123	6.100	(7.729)	(431)	95.063
Equipamentos de informática	12.043	615	(305)	1.710	14.063
Ferramentas	69	1	(10)	-	60
Instalações	21.405	17	(141)	5.774	27.055
Pátios e estacionamentos	15.317	116	(11)	8.997	24.419
Poços artesianos	4.383	-	-	86	4.469
Equipamentos contra incêndios	4.546	-	-	1.404	5.950
Instalações hidráulicas	548	-	(39)	-	509
Imobilizações em andamento	276.471	222.426	(105.435)	(277.992)	115.471
	1.945.222	263.001	(127.411)	-	2.080.812

c. Movimentação da depreciação

2019					
Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Prédios e benfeitorias	(224.445)	(34.674)	-	(302)	(259.421)
Máquinas e equipamentos	(272.743)	(62.700)	2.031	736	(332.676)
Móveis e utensílios	(16.730)	(3.001)	193	(355)	(19.893)
Veículos	(68.495)	(10.461)	3.892	22	(75.042)
Equipamentos de informática	(9.363)	(1.472)	579	15	(10.241)
Ferramentas	(52)	(2)	12	-	(42)
Instalações	(13.468)	(3.110)	-	(127)	(16.705)
Pátios e estacionamentos	(6.434)	(2.220)	-	-	(8.654)
Poços artesianos	(1.173)	(180)	-	(10)	(1.363)
Equipamentos contra incêndios	(850)	(593)	-	21	(1.422)
Instalações hidráulicas	(509)	-	-	-	(509)
	(614.262)	(118.413)	6.707	-	(725.968)

2018					
Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Prédios e benfeitorias	(196.261)	(28.724)	737	(197)	(224.445)
Máquinas e equipamentos	(229.722)	(49.424)	4.024	2.379	(272.743)
Móveis e utensílios	(15.560)	(2.636)	1.534	(68)	(16.730)
Veículos	(64.553)	(11.318)	7.333	43	(68.495)
Equipamentos de informática	(8.539)	(1.135)	297	14	(9.363)
Ferramentas	(58)	(2)	8	-	(52)
Instalações	(9.238)	(2.113)	48	(2.165)	(13.468)
Pátios e estacionamentos	(4.891)	(1.554)	11	-	(6.434)
Poços artesianos	(990)	(177)	-	(6)	(1.173)
Equipamentos contra incêndios	(325)	(525)	-	-	(850)
Instalações hidráulicas	(548)	-	39	-	(509)
	(530.685)	(97.608)	14.031	-	(614.262)

d. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo realizou avaliação quanto a existência de indicadores de que seu ativo imobilizado poderia estar registrado por valor acima do seu valor recuperável.

Em 2019 e 2018, com base nesta avaliação realizada pela Administração, não foi identificada necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em questão.

e. Revisão das vidas úteis

Ao final do exercício de 2019 e 2018, o Grupo revisou a estimativa das vidas úteis dos ativos e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

f. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa, conforme descrito na nota 20 (e).

17. Intangível

Controladora						
	2019			2018		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	195	(192)	3	195	(190)	5
Software	38.725	(17.912)	20.813	19.591	(11.607)	7.984
Fundo de comércio	510	(440)	70	510	(337)	173
Carteira de clientes	170	-	170	-	-	-
	39.600	(18.544)	21.056	20.296	(12.134)	8.162
Vida útil indefinida						
Habilitações	17.733	-	17.733	-	-	-
	17.733	-	17.733	-	-	-
	57.333	(18.544)	38.789	20.296	(12.134)	8.162
Consolidado						
	2019			2018		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	214	(209)	5	214	(206)	8
Software	38.748	(17.916)	20.832	19.591	(11.608)	7.983
Fundo de comércio	510	(440)	70	510	(337)	173
Carteira de clientes	170	-	170	-	-	-
	39.642	(18.565)	21.077	20.315	(12.151)	8.164
Vida útil indefinida						
Ágio (a)	56.455	-	56.455	-	-	-
Habilitações	17.733	-	17.733	-	-	-
	74.188	-	74.188	-	-	-
	113.830	(18.565)	95.265	20.315	(12.151)	8.164

- (a) Ágio proveniente da aquisição da unidade industrial de aves da Kaefer, conforme nota explicativa 2.1.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes. Este ágio está sendo amortizado fiscalmente.

A Cooperativa avaliou, em 31 de dezembro de 2019, através dos fluxos de caixa descontados projetados para os próximos anos, se há evidência de que os ativos estejam desvalorizados.

O montante é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Com base nesta análise não foram encontrados indicadores de não recuperação dos ativos intangíveis.

O cálculo foi realizado através da aplicação da taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capitais (Weighted Average Cost of Capital - WACC). Esta taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Cooperativa para financiar suas atividades.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso são as que seguem:

	Relacionamento com cliente	Habilitações
EBIT - (i)	6,1%	9,4%
Imposto de renda (ii)	34%	34%
Taxa de desconto - WACC - % (iii)	9,52%	9,52%

(i) Margem EBIT.

(ii) Alíquota de 34%, considerando a cobrança de IRPJ e CSLL, com base na legislação tributária vigente na data-base.

(iii) Os fluxos de caixa após impostos e ajustes, foram trazidos a valor presente pela taxa de desconto corresponde ao WACC da unidade.

18. Débito de associados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Estoque a fixar (i)	150.798	387.071	150.708	387.071
Provisão para fixação (ii)	314.933	279.760	314.933	279.760
Contas a pagar	53.636	61.163	53.636	61.163
Adiantamento de associados	76.096	67.628	76.096	67.628
Outros valores a pagar	990	5.968	1.011	5.966
	596.453	801.590	596.474	801.588

- (i) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar que foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de ativo, mensurados ao valor justo, conforme descrito na nota explicativa 13.
- (ii) A conta provisão para fixação refere-se à obrigação da Cooperativa relativa aos produtos agrícolas entregues pelos produtores rurais, que foram comercializados ou consumidos em processo de industrialização, e que ainda não tiveram preço de negociação definido ou fixado. Essa obrigação está valorizada ao preço de mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras e a Cooperativa monitora sua exposição pela variação dos preços de commodities, firmando contratos de compra e venda com preços definidos junto a produtores e fornecedores de grãos.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Fornecedores nacionais	211.036	160.200	351.920	281.808
Bonificações a pagar	5.207	7.299	5.207	7.299
Convênios a pagar	1.035	269	1.035	269
Royalties	1.297	-	1.297	-
Outros	2.646	683	2.646	683
	221.221	168.451	362.105	290.059

20. Empréstimos e financiamentos

a. Abertura por modalidade

		Controladora		Consolidado	
	Taxas	2019	2018	2019	2018
					Não auditado
Securitização	3%	141	162	141	162
Comercialização	4% - 8,5%	674.909	655.390	674.909	655.390
Capital de giro	6,65% - 9,44%	799.712	588.696	1.020.075	806.830
Cotas-parte	6,5% - 8,5%	18.396	27.594	18.396	27.594
Investimentos	1,5% - 9,5%	770.304	804.060	782.408	804.060
Contratos de câmbio	4,76% - 6,7%	295.240	472.238	295.240	472.238
Prodecop/Procap	4,5% - 6%	-	11.465	-	11.465
		2.558.702	2.559.605	2.791.169	2.777.739
Circulante		1.534.531	1.484.548	1.694.325	1.662.270
Não circulante		1.024.171	1.075.057	1.096.844	1.115.469

b. Movimentação dos empréstimos

		2019				
Controladora	Saldo em 31/12/2018	Captações	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2019
Securitização	162	-	(21)	1	(1)	141
Comercialização	655.390	633.714	(605.616)	31.455	(40.034)	674.909
Capital de giro	588.696	603.500	(407.045)	58.271	(43.710)	799.712
Cotas-parte	27.594	-	(8.989)	1.985	(2.194)	18.396
Investimentos	804.060	31.245	(72.271)	55.231	(47.961)	770.304
Contratos de câmbio	472.238	162.725	(338.804)	16.765	(17.684)	295.240
Prodecop/Procap	11.465	-	(10.933)	212	(744)	-
	2.559.605	1.431.184	(1.443.679)	163.920	(152.328)	2.558.702

c. Abertura por vencimento

Em 31 de dezembro, as parcelas relativas ao passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não auditado
2020	-	384.680	-	414.880
2021	388.945	152.218	435.655	162.430
2022	174.328	96.647	174.328	96.647
2023	95.437	93.879	113.381	93.879
2024	75.141	73.625	83.160	73.625
Após 2024	290.320	274.008	290.320	274.008
	1.024.171	1.075.057	1.096.844	1.115.469

d. Compromissos (“covenants”)

Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui contratos com cláusula contratual restritiva (*covenants*), conforme segue:

Agente financeiro	Modalidade	Emissão	Valor captado	Vencimento	Covenants
Banco do Brasil S.A	Investimento	18/12/2018	BRL 150.000.000	15/01/2029	(a) e (b)
Banco do Brasil S.A	Capital de Giro	18/12/2018	BRL 107.400.000	15/12/2028	(a)
ICBC do Brasil Banco Múltiplo	Capital de Giro	22/02/2018	USD 40.000.000	22/02/2021	(c), (e) e (f)
Banco Rabobank International	Câmbio	29/02/2016	USD 20.000.000	26/08/2019	(c), (d) e (e)

- a) Índice de liquidez corrente: igual ou superior a 1,00
- b) Índice de capitalização: igual ou superior a 0,2
- c) Liquidez corrente: igual ou superior a 1,1
- d) Índice dívida líquida / patrimônio: igual ou inferior a 2,0
- e) Índice EBITDA / despesas líquidas: igual ou superior a 2,0
- f) Índice dívida líquida / patrimônio: igual ou inferior a 4,0

O não cumprimento desses índices financeiros implicará em considerar os empréstimos antecipadamente vencidos. Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa está em conformidade com todas as obrigações financeiras exigidas pelos contratos de financiamento.

e. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa Lar, avais e penhor de produtos e insumos, conforme descrito abaixo:

	Saldo devedor 2019	Aval da diretoria	Hipoteca e penhor de imóveis	Penhor de produtos e insumos
Capital de giro	799.712	799.712	-	162.500
Securitização	141	141	-	-
Investimentos	770.304	770.304	1.408.487	-
Comercialização	674.909	674.909	-	232.015
Accs/Pré-Pagto./Exp	295.240	295.240	-	-
Cotas Parte Coop. Centrais	18.396	18.396	-	14.720
	2.558.702	2.558.702	1.408.487	409.235

21. Obrigações sociais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não auditado
INSS	8.611	6.584	8.757	6.593
FGTS	2.914	2.135	2.915	2.136
IRRF	1.748	1.430	1.749	1.430
FUNRURAL	1.063	824	1.063	824
PIS e COFINS	478	362	484	372
IRPJ	-	-	2.428	1.014
ICMS	13.609	466	13.609	466
Outros	775	579	1.189	1.650
	29.198	12.380	32.194	14.485

22. Obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não auditado
Salários e ordenados	18.764	13.131	18.204	13.247
Provisão para férias	37.775	26.300	37.794	26.314
Programa de participação nos resultados	19.803	2.993	20.719	2.993
Outros	46	23	951	23
	76.388	42.447	77.668	42.577

23. Outros débitos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não auditado
Adiantamento de clientes	195.694	159.516	195.694	167.598
Provisões diversas	23.094	668	23.094	799
Outros	24.062	22.790	24.061	22.788
	242.850	182.974	242.849	191.185
Circulante	130.181	105.045	130.180	113.258
Não Circulante	112.669	77.929	112.669	77.927

24. Partes Relacionadas

(i) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos conselhos de Administração e Diretoria para um mandato de 04 (quatro) anos, e o Conselho Fiscal para um mandato de 01 (um) ano designados mediante aprovação dos sócios da Cooperativa, na Assembleia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.298 (R\$ 2.240 em 2018). A Cooperativa não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Outras transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Controladora			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	106.132	70.659	1.012.725	1.069.195
Lar Transportes Ltda.	30	12	203	264
Lar S.R.L (Lar Paraguay)	-	-	632	-
Lar Trading Corporation	56.479	70.647	1.011.890	1.068.931
Outros (i)	49.623	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(13.966)	(23.284)	(153.230)	(142.927)
Lar Transportes Ltda.	(98)	(227)	(6.339)	(4.975)
Lar S.R.L. (Lar Paraguay)	(7.576)	(23.057)	(146.891)	(137.952)
Outros (i)	(6.292)	-	-	-

- (i) Refere-se à transações realizadas com membros da administração na qualidade de associados da Cooperativa.

25. Provisões para contingências

O Grupo é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera judicial quanto administrativa. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pelo Grupo, amparado pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Abaixo estão apresentados os passivos contingentes de riscos considerados prováveis:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Trabalhista	4.127	-	4.127	-
Tributária (ii)	198.216	-	198.216	-
Cível	2.730	-	2.730	-
Outras (i)	3.118	-	3.118	-
Depósitos judiciais (iii)	(145.672)	-	(145.672)	-
	62.519	-	62.519	-

- (i) Como parte do processo de aquisição da unidade industrial de aves da Kaefer, a Cooperativa reconheceu um passivo contingente de R\$ 12.000 retido pela Cooperativa para eventual pagamento de obrigações relativas a contingências (*Escrow*). O saldo remanescente da provisão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.237.

- (ii) Composto substancialmente por montantes referentes ao processo no qual a Cooperativa discute a constitucionalidade da contribuição previdenciária rural incidente sobre a comercialização da produção de seus cooperados.

Existem outros processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante total de R\$ 109.204 em 31 de dezembro de 2019, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social foram calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A aplicação de tais alíquotas leva em consideração o regime tributário de lucro real da Cooperativa. A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Lucro antes do imposto de renda e contrib. social	239.924	109.531	242.336	113.099
Adições permanentes				
(+) Outras despesas indedutíveis	211	474	211	474
Exclusões permanentes				
(-) Outras exclusões	(1.424)	-	(1.424)	-
(-) Resultado com associados	(211.775)	(72.249)	(211.775)	(72.249)
(=) Base de cálculo	26.937	37.756	29.348	41.324
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	6.465	9.061	7.044	9.918
Base para IRPJ adicional	26.697	37.516	29.108	41.084
Adicional IRPJ (10%)	2.670	3.752	2.911	4.108
Outros (ajuste base de empresas no exterior)	-	-	1.592	2.355
Total do IRPJ e CSLL	9.134	12.813	11.546	16.381
Impostos correntes	10.792	12.813	13.204	16.381
Impostos diferidos	(1.658)	-	(1.658)	-
	9.134	12.813	11.546	16.381
Taxa efetiva	3,81%	11,70%	4,76%	14,48%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre bases de cálculo desses tributos sobre os ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, com base na identificação da operação realizada com não associados, ou quando não é possível, com base na proporção das operações realizadas com não associados.

Sobre o resultados das operações realizadas com associados não incide Imposto de Renda e também são isentas de Contribuição Social.

Para as operações com não associados incidem as alíquotas de 15% para Imposto de Renda, 10% para o adicional e 9% para Contribuição Social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos quando provável que o lucro futuro tributável das operações com não associados ou das controladas estejam disponíveis para serem utilizados na compensação de prejuízos fiscais, base de cálculo negativa da Contribuição Social e das diferenças temporárias, com base na expectativa de resultados futuros preparada pela administração da Cooperativa, as quais podem sofrer alterações.

O valor contábil dos tributos diferidos é revisado periodicamente enquanto as projeções são revisadas anualmente, e caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

a. Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não auditado
Provisão para perda estimada de crédito	2.071	-	2.071	-
Provisão para contingências	27.851	-	27.851	-
Depósitos judiciais de tributos	1.700	-	1.700	-
Ajuste valor justo produto a fixar	10.973	-	10.973	-
Base de cálculo (i)	42.595	-	42.595	-
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferido ativo	14.482	-	14.482	-

- (i) A base de cálculo para fins de impostos diferidos está apresentada líquida da parcela cuja despesa efetiva, quando incorrida no futuro, seria alocada ao ato cooperado e, portanto, não sofreria a incidência de imposto de renda e contribuição social.

b. Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Operações com derivativos e Hedge	3.491	-	3.491	-
Operações com marcação ao mercado - MTM	34.228	-	34.228	-
Base de cálculo (i)	37.719	-	37.719	-
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferido passivo	12.824	-	12.824	-
Saldo líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos	1.658	-	1.658	-

- (i) A base de cálculo para fins de impostos diferidos está apresentada líquida da parcela cuja despesa efetiva, quando incorrida no futuro, seria alocada ao ato cooperado e, portanto, não sofreria a incidência de imposto de renda e contribuição social.

27. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social está representado da seguinte forma:

	Controladora	
	2019	2018
Total do capital integralizado	262.850	216.248
Número de quotas-parte	262.849.525	216.247.911
Valor unitário das quotas	1,00	1,00
Número de associados	11.055	10.887

De acordo com o art. 14 do Estatuto Social da Cooperativa a integralização das quotas capitais se dará na admissão do associado, subscrevendo o mínimo de quotas parte conforme proporção:

Imóvel com área explorada de 20 ha.....	100 quotas
De 21 ha a 80 ha.....	200 quotas
De 81 ha a 160 ha.....	300 quotas
De 161 ha a 320 ha.....	500 quotas
Com mais de 321 ha.....	700 quotas

Na admissão de filhos e cônjuges de associados haverá a redução de 30 por cento na subscrição do capital.

No ano de 2019 foram subscritos no capital social um montante de R\$ 150.

O associado com 20 anos de vínculo com a Cooperativa e tiver idade de 60 anos (mulher) e 65 anos (homem), ou ainda estar associado à Cooperativa por 40 anos será considerado associado jubilado, conforme § 4º do art. 15 do Estatuto Social, podendo este retirar o saldo de suas quotas em uma única parcela após a Assembleia Geral Ordinária do período findo, garantido esse a manutenção do vínculo social com a Cooperativa, mantendo uma quota capital mínima de R\$ 100,00.

A restituição de capital ao associado desligado será feita em 5 parcelas, sendo a primeira no ano calendário imediatamente posterior ao ano do desligamento.

No caso de doença grave comprovado via laudo médico o Conselho de Administração pode autorizar a devolução do capital em uma única parcela e, em caso de desligamento por morte as quotas podem ser devolvidas em uma única parcela após a AGO, desde que autorizadas pelo Conselho de Administração.

As devoluções de capital no ano de 2019 representaram um montante de R\$ 6.754.

b. Reservas e destinações

De acordo com o Estatuto Social as destinações dos resultados serão feitos de acordo com sua natureza:

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES – é formado por:

- (i) 5% das sobras apuradas no exercício;
- (ii) Os resultados de operações com terceiros;
- (iii) Os resultados positivos decorrente de participação em sociedades não cooperativas;
- (iv) Os créditos de terceiros, não reclamados no período de um ano;
- (v) Outros resultados positivos eventuais.

As outras destinações são:

- (i) 45% das sobras apuradas no exercício serão levadas ao Fundo de Reserva Legal;
- (ii) 30% aumento da conta capital social dos associados, sendo proporcional à suas operações;
- (iii) 20% ficarão à disposição da Assembleia Geral Ordinária.

As sobras referentes a 2018 no valor de 15.672 foram liquidadas em 2019. As destinações legais em 31 de dezembro de 2019 se deram da seguinte forma:

	2019		
	Associados	Terceiros	Total
Saldo antes das destinações	211.775	19.015	230.790
FATES - resultado com terceiros	-	(19.015)	(19.015)
Fundo de reserva legal	(95.299)	-	(95.299)
FATES	(10.589)	-	(10.589)
Aumento de capital	(63.532)	-	(63.532)
Sobras a disposição da AGO	42.355	-	42.355

c. Reservas de capital

	Controladora	
	2019	2018
Lei Brandão (i)	379.698	316.745
Paraná Competitivo (ii)	34.211	31.468
Investimento Prefeitura Matelândia	5.700	5.700
	419.609	353.913

(i) A Lei Brandão nº 13.212/2001 refere-se à reserva de incentivo que equipara as condições tributárias das indústrias de carnes instaladas no Paraná com os demais Estados do país.

(ii) Refere-se ao programa Paraná Competitivo criado pelo Governo do Estado do Paraná através do Decreto n.º 6.434/2017, que autoriza o diferimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de fornecimento de energia elétrica.

d. Reserva especial

Esta reserva foi constituída pela Lei 8200/91, que permitiu o reconhecimento da correção monetária de ativos permanentes nos balanços das sociedades tributadas pelo Lucro Real, seus saldos estão apresentados abaixo:

	Controladora	
	2019	2018
Terrenos	1.283	1.283
Prédios e Benfeitorias	(7)	-
	1.276	1.283

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Terrenos	46.002	46.002
Prédios e benfeitorias	50.727	51.419
	96.729	97.421

f. Hedge accounting

Compreende a parcela efetiva da variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa, até que seja reconhecido no resultado ou diretamente incluído no custo inicial ou outro valor contábil de um ativo ou passivo não financeiro.

28. Ingressos e receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	Associados	Não associados	2019	2018
				Não auditado
Vendas mercado interno	3.421.864	959.648	4.381.512	4.446.531
Vendas mercado externo	2.209.099	359.083	2.568.182	2.058.359
Receita com frete	-	-	-	10.978
Ingressos e receita bruta	5.630.963	1.318.731	6.949.694	6.504.890
(-) Impostos sobre vendas	106.258	41.591	(147.849)	(122.594)
(-) Devoluções e abatimentos	90.463	15.564	(106.027)	(124.492)
Total ingressos e receita líquida	5.434.242	1.261.576	6.695.818	6.257.804
				7.362.936
				6.783.468

29. Dispendios e custo das vendas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Matéria-prima	3.248.950	2.881.374	3.248.950	2.881.374
Custo dos produtos revendidos	1.338.363	1.252.246	1.488.862	1.399.559
Mão-de-obra	342.222	231.483	342.222	231.483
Depreciação e amortização	115.013	92.650	115.013	92.650
Manutenção do imobilizado	80.980	54.841	80.980	54.841
Energia elétrica	65.260	42.510	65.260	42.510
Material de uso e consumo	179.221	150.397	179.221	150.397
Frete	21.250	9.818	21.250	9.818
Análise e classificação	20.416	9.899	20.416	9.899
Prestação de serviços terceirizados	13.303	10.110	13.303	10.110
Aluguéis	8.024	7.178	8.024	7.178
Acordos advocatícios	7.947	6.375	7.947	6.375
Impostos e taxas	4.009	3.302	4.009	3.302
Resultado com derivativos	(98.615)	13.108	(98.615)	13.108
Outros custos	48.878	620.519	475.754	912.834
	5.395.221	5.385.810	5.972.596	5.825.438

30. Dispendios e despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Frete	314.579	228.287	354.335	264.321
Impostos e taxas de exportação	33.638	31.853	35.451	33.423
Comissões e bonificações	29.848	25.447	35.127	30.766
Perda com títulos incobráveis	17.542	245	17.875	9.340
Representantes e promotores	15.259	868	15.259	868
Fundersul	16.879	14.373	16.879	14.373
Acordos comerciais	13.021	9.377	13.021	9.377
Provisão para perda esperada contas a receber	12.555	3.700	12.555	5.147
Estádias	3.886	5.693	3.886	5.693

Armazenagem	3.362	4.481	3.362	4.481
Outros	12.298	11.177	12.762	11.768
	472.867	335.501	520.512	389.557

31. Dispêndios e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Impostos e taxas	82.603	5.809	82.845	6.024
Depreciação e amortização	54.089	43.808	60.611	49.735
Manutenção do imobilizado	37.980	33.411	42.160	37.249
Prestação de serviços	19.287	26.636	23.837	31.506
Energia elétrica	20.114	18.361	21.027	19.515
Participação nos resultados	19.803	2.227	20.648	3.243
Material de uso e consumo	13.189	9.786	14.006	10.589
Outros	24.436	5.448	42.982	20.929
	271.501	145.486	308.116	178.790

32. Dispêndios e despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Salários e ordenados	73.229	67.270	82.744	76.735
INSS	21.928	20.394	23.055	21.513
FGTS	7.593	7.092	7.600	7.101
PIS	790	724	790	724
Férias	8.811	7.691	8.823	7.697
13º salário	6.640	6.067	7.605	7.014
	118.991	109.238	130.617	120.784

33. Dispêndios e despesas tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Deságio ICMS (i)	77.846	1.257	77.846	1.257
Funrural - associados	147	331	147	331
ISS	74	72	82	79
Multas	18	70	18	70
	78.085	1.730	78.093	1.737

- (i) Refere-se a despesas com provisão para deságio sobre a parcela dos saldos de ICMS a recuperar cuja expectativa de compensação com impostos a pagar futuros é remota. Nestes casos o Grupo constitui provisão para perdas na realização com base no percentual de deságio esperado na venda de tais créditos.

34. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				Não auditado
Juros de empréstimos cedidos	19.651	17.735	36.235	27.782
Descontos recebidos	2.183	1.552	5.722	6.679
Rendimento de aplicações	16.049	9.221	16.049	9.221
Variação cambial ativa	43.719	95.225	60.236	111.451
Outros	-	5.619	-	5.620
	81.602	129.352	118.242	160.753
Juros sobre financiamentos	(181.477)	(154.035)	(194.670)	(162.885)
Descontos concedidos	(17.707)	(25.792)	(19.520)	(27.510)
Perda em investimento	(12.180)	(327)	(12.180)	(327)
Variação cambial passiva	(43.041)	(139.243)	(44.863)	(144.356)
Outros	(3.426)	(5.342)	(3.849)	(5.588)
	(257.831)	(324.739)	(275.082)	(340.666)

35. Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos:

Visão geral

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos: de crédito, de liquidez e de mercado resultantes de instrumentos financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cooperativa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Cooperativa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do patrimônio da Cooperativa.

b. Estrutura de gerenciamento dos riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Cooperativa pretende cobrir (por exemplo: câmbio, taxa de juros e preço das commodities).

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Cooperativa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Cooperativa. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa.

A Cooperativa segue o gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

Nos termos dessa gestão, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas. Nas condições de sua gestão de riscos, a Cooperativa administra alguns dos riscos através da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e vendas a descoberto.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir. Não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Em 31 de dezembro 2019	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	325.743	-	325.743	336.872	-	336.872
Aplicações financeiras	17.685	-	17.685	17.685	-	17.685
Contas a receber	1.215.161	-	1.215.161	1.500.604	-	1.500.604
Instrumentos financeiros derivativos	-	206.393	206.393	-	206.393	206.393
Outros créditos a receber	5.549	-	5.549	7.931	-	7.931
	1.564.138	206.393	1.770.531	1.863.092	206.393	2.069.485
Passivos financeiros						
Débito de associados	596.453	-	596.453	596.474	-	596.474
Fornecedores	221.221	-	221.221	362.105	-	362.105
Financiamentos	2.558.702	-	2.558.702	2.791.169	-	2.791.169
Instrumentos financeiros derivativos	-	80.078	80.078	-	80.078	80.078
	3.376.376	80.078	3.456.454	3.749.748	80.078	3.829.826

Em 31 de dezembro 2018	Controladora			Consolidado – Não auditado		
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	485.676	-	485.676	531.687	-	531.687
Aplicações financeiras	15.577	-	15.577	15.577	-	15.577
Contas a receber	1.098.901	-	1.098.901	1.299.846	-	1.299.846
Instrumentos financeiros derivativos	-	29.889	29.889	-	29.889	29.889
Outros créditos a receber	11.162	-	11.162	14.883	-	14.883
	1.611.316	29.889	1.641.205	1.861.993	29.889	1.891.882
Passivos financeiros						
Débito de associados	801.590	-	801.590	801.588	-	801.588
Fornecedores	168.451	-	168.451	290.059	-	290.059
Financiamentos	2.559.605	-	2.559.605	2.777.739	-	2.777.739
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.205	10.205	-	10.205	10.205
	3.529.646	10.205	3.539.851	3.869.386	10.205	3.879.591

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos, descritos a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Cooperativa incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição da Cooperativa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Cooperativa considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A Cooperativa estabeleceu uma política de crédito, na qual novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes da Cooperativa apresentar sua proposta de limite de crédito e os termos de pagamento. A revisão efetuada pela Cooperativa inclui ratings externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Para mitigar esses riscos, a Cooperativa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, e representam o montante máximo de exposição. Os limites são revistos periodicamente. Clientes que não atenderem às condições de crédito estabelecidas pela Cooperativa, somente são atendidos na medida em que realizarem a antecipação do pagamento.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são analisados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são industriais, atacadistas, revendedores ou clientes finais, a área geográfica, o ramo de atividade e a existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes que são considerados como “risco alto” são monitorados, e vendas são realizadas somente com pagamento antecipado.

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas “contas a receber”.

A política de crédito da Cooperativa com o associado considera o nível de risco que está disposta a se sujeitar nas relações negociais próprias, utilizando de premissas e diretrizes na análise de concessão do crédito. O processo leva em conta os antecedentes, a capacidade, o comprometimento do patrimônio, o oferecimento de garantias reais e o grau de exposição ao risco. A gestão de crédito

considera o grau de endividamento do associado, mitigando dessa forma o risco de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Cooperativa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e de baixo risco avaliadas por agências de rating e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Cooperativa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira de gestão de fluxo de caixa.

Tipicamente, a Cooperativa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com dispêndios e despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

(i) Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como as taxas de câmbio, preços de *commodities* e taxas de juros) têm nos ganhos da Cooperativa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa opera com instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

As oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos ingressos e receitas e nos dispêndios, despesas e custos da Cooperativa. Para mitigar esses riscos, a Cooperativa monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

(ii) Risco com taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Cooperativa incorrer em ganhos e/ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem os dispêndios e despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cooperativa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para travar o custo financeiro das operações.

(iii) *Risco de exposição às variações cambiais*

A Cooperativa está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Cooperativa, o Real (R\$). A moeda nas quais estas transações são denominadas é principalmente o Dólar (USD).

Em geral, a Cooperativa protege (hedge) sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos doze meses. A Cooperativa também protege as contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominadas em moeda estrangeira, quando existentes. A Cooperativa utiliza contratos de mercado futuro para proteger seu risco de moeda, sendo a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras.

A Cooperativa tem compromissos de compras, bem como parte do ingresso e da receita de vendas de *commodities* com preços que variam de acordo com oscilações de moeda estrangeira. Em complemento a este hedge natural, a Cooperativa contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

(iv) *Risco de preço das commodities*

A Cooperativa possui saldos e transações indexados ao preço das *commodities*, em especial da soja, milho e trigo, expondo estes ativos e passivos às flutuações no preço das *commodities*, conforme demonstrado no quadro de sensibilidade.

A Cooperativa possui contratos de derivativos para fazer hedge contra esse risco. Adicionalmente, a Cooperativa monitora continuamente a sua exposição frente ao preço das *commodities* com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade desses preços.

(v) *Risco de estrutura de capital (risco financeiro)*

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Cooperativa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Cooperativa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em

determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos exclusivamente com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Administração da Cooperativa mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Cooperativa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas ou ganhos não realizadas é reconhecida na conta "instrumentos derivativos", no balanço patrimonial e as contrapartidas no resultado.

Os contratos futuros relacionados com moeda estrangeira são contratados com o objetivo principal de proteger vendas futuras em moeda estrangeira não apresentando, portanto, riscos que possam gerar prejuízos materiais para a Cooperativa.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior.

A Cooperativa realiza operações de instrumento financeiro *Non Deliverable Forward* - NDF, que se constitui em um acordo entre a Cooperativa e o banco, de compra e/ou venda de uma quantidade determinada de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e no vencimento a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa de liquidação efetiva da moeda (definida no início da operação). O principal objetivo é oferecer uma trava de taxa futura de câmbio do contas a pagar ou a receber em moeda estrangeira no futuro. A diferença entre a taxa contratada e as cotações da moeda é ajustada diariamente por desembolsos ou reembolsos de caixa, reconhecidos no resultado financeiro. Não há entrega física de moeda.

c. Análise de sensibilidade

A Cooperativa apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de variação de preço das *commodities* a que está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2019.

Exposição ao câmbio

A Cooperativa possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2019 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I, a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II, esta taxa foi reduzida em 10%, e para o cenário III, foi aumentada em 10%.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação cambial no resultado futuro:

	2019	(10%)	10%
Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos - NDF cambiais	45.357	40.821	49.893
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP cambiais	22.905	20.615	25.196
Clientes - exportação	(3.637)	(3.273)	(4.001)
Fornecedores - importação	912	821	1.003
Dívidas em moeda estrangeira	(49.711)	(44.740)	(54.682)
Posição Líquida	15.826	14.244	17.409

Exposição à variação do preço das commodities

A Cooperativa possui saldos atrelados à cotação dos valores das *commodities* no balanço de 31 de dezembro de 2019 e para fins de análise de sensibilidade, adotou cotações vigentes em datas próximas à da divulgação das referidas demonstrações financeiras como o cenário I. Para o cenário II, estas cotações foram reduzidas em 10% e, para o cenário III, foram aumentadas em 10%.

Com tais considerações, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação do preço das *commodities* no resultado futuro:

	2019	(10%)	10%
Contratos futuros de compra e venda	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Soja	26.568	29.225	23.911
Milho	18.892	20.781	17.003
Trigo	41	45	37
Farelo e óleo de soja	(2.146)	(2.361)	(1.931)
	43.355	47.691	39.020

36. Cobertura de seguros

A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância e os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Administração, considerando a natureza das atividades desenvolvidas pelo Grupo.



Irineo da Costa Rodrigues
Diretor-presidente
CPF 155.545.540-91



Lauro Soethe
Diretor 1º Vice-presidente
CPF 463.318.759-72



Urbano Inacio Frey
Diretor 2º Vice-presidente
CPF 391.251.739-87



Carmen Ângela Campagnaro
Contadora - CRC/PR-038639/O-0
CPF 779.212.249-20

Parecer do Conselho Fiscal

Nós, do Conselho Fiscal da LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, no cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Sobras ou Perdas e, demais peças contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Baseados nos acompanhamentos realizados por este Conselho durante o exercício, bem como nos trabalhos da Auditoria Externa – KPMG Auditores Independentes e seu Relatório, nas ações da Auditoria Interna, nos esclarecimentos prestados pelos Diretores e Superintendência Administrativa Financeira, somos de parecer que as demonstrações contábeis condizem com a realidade patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2019. Por isso, recomendamos à Assembléia Geral a sua aprovação.

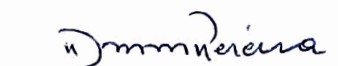
Medianeira-PR, 16 de janeiro de 2020.



Isabela Albuquerque



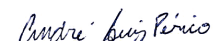
Jonas Nadam Konradt



Dari Marcial Martins Pereira



Jonir Antonio Serraglio



André Luiz Périco



Dalcio Libório Heck

Gestão 2019

Diretoria Executiva (2019-2022)

Diretor-presidente
Irineo da Costa Rodrigues

Diretor 1º Vice-presidente
Lauro Soethe

Diretor 2º Vice-presidente
Urbano Inacio Frey

Conselho de Administração (2019-2022)

Adriano José Finger
Diogo Sezar de Mattia

Adriana Eliza Matte
José Carlos Colombari

Jakson Demétrio Lamin
Edio Rodrigo Welter

Conselho Fiscal (Gestão 2019)

Efetivos

Isabela Albuquerque
Jonas Nadam Konradt
Dari Marcial Martins Pereira

Suplentes

Jonir Antonio Serraglio
André Luiz Périgo
Dalcio Libório Heck

Coordenação do Quadro Social

Comitê Educativo Central

Coordenador: Jandir Vargas de Lima
Secretária: Vanessa Anderson

Comitê Feminino

Coordenadora: Simoni Tessaro Niehues

Comitê de Jovens

Coordenadora: Pietra Knorst Werlang

Superintendentes:

Administrativo/Financeiro: Clédio Roberto Marschall

Negócios Agrícolas: Vandeir José Dick Conrad

Suprimentos e Alimentos: Jair José Meyer

Gerentes de Divisão:

Administrativa: Carmen Ângela Campagnaro

Alimentos: Ricardo Baron

Comercial de Grãos: Marcelo Sousa Goes Pires

Financeira: Marcelo Afonso Riedi

Insumos: Marino Niehues

Operacional de Grãos: Mário Tadeo Martins Balk

Pecuária: Dirceu Zotti

Lar Paraguay: Rogério Luís Butzen

Assessorias:

Ação Educativa: Suzana M. Knapp Pieniz

Auditoria Interna: Isabel Ferrazzo

Comunicação: Camila Catafesta

Jurídica: Ignis Cardoso dos Santos

Logística: Giovani Gaio

Secretaria Executiva: Janete Ester Barônio

TUICIAL GRÁFICA E EDITORA

Tiragem 500 exemplares

Distribuição gratuita | É permitido a reprodução total ou parcialmente desde que citada a fonte, endereço/site/e-mail



COOPERATIVA
AGROINDUSTRIAL

45 3264 8800
AV. 24 DE OUTUBRO, 59 | ÁREA INDUSTRIAL
85884-000 | MEDIANEIRA - PR
lar@lar.ind.br
www.lar.ind.br

